

AQUECIMENTO GLOBAL

LUIS NAZARÉ

Economista; Professor do ISEG

A máquina covidiana

Num dos seus deliciosos textos do mingueiros, Gonçalo M. Tavares (in A Bola, 27 de Setembro) conta a história dum país “imaginário” onde a burocracia e o desrespeito pelo cidadão são vencidos de vez. Tudo começa com o desespero de um homem que, após ter batido vezes sem conta nas paredes do sistema, decide irromper, carregado de explosivos, por um serviço público adentro, ameaçando destruí-lo se não fosse atendido de pronto. E foi. A repercussão do caso levou a que outros desesperados lhe seguissem o exemplo. Foram todos igualmente atendidos. Ao fim de poucos meses, o país “imaginário” tinha eliminado a pessorrência administrativa.

Vivemos tempos de exceção em que reina a velha normalidade dos burocratas. É certo que o coronavírus permitiu desbloquear algumas aberrações clássicas, como a da aversão às esplanadas (quantos torcicolos provocados nos funcionários licenciadores!) ou a exigência de presença física para um punhado de tramitações menores. A regra, porém, aguçada pelos condicionamentos sanitários, foi o recrudescimento das doenças mais contagiosas de que a função pública padece – o comodismo, o

Será necessário muito tempo e paciência para que a resposta dos sistemas públicos recupere para os níveis suficiente menos pré-covid.

medo e a sobrançeria.

Muito do que podia piorar na relação entre os serviços públicos e o cidadão piorou. Sim, é certo que a covid-19 veio testar o funcionamento da máquina pública para lá do imaginável, exigindo ao sistema o que ele não estava preparado para proporcionar. Sim, a resposta dos poderes públicos foi, em geral, tão diligente quanto seria razoável exigir. Sim, em muitos casos a entrega dos funcionários e outros agentes, sobretudo perante situações críticas, foi notável. Sim, foram introduzidos alguns paliativos simplificadores, com recurso aos meios telemáticos, que impediram piores males. Mas agora, que começamos a regressar a uma certa normalidade,

que readquirimos aos poucos o olhar crítico sobre o funcionamento da máquina com que diariamente lidamos, apercebemo-nos de que será necessário muito tempo e paciência para que a resposta dos sistemas públicos recupere para os níveis suficiente menos pré-covid.

A crise é visível em todas as frentes, mas faz-se especialmente sentir na Saúde, na Justiça, na Administração Fiscal e em todos os subsistemas em que os cidadãos e os agentes económi-



Pedro Catarino

cos carecem de autorizações administrativas, com destaque para as autarquias locais e os seus serviços de urbanismo. Compreensivelmente, o SNS teve de se adaptar e encontrar soluções de emergência; incompreensivelmente, parece ter-se conformado com o novo padrão de desempenho covidiano – como se explica que os centros de saúde continuem paralisados, sobrecarregando massivamente os hospitais e as listas de espera? Na Justiça, os processos amontoam-se. Na Administração Fiscal, são despachados ao ritmo e critério mais convenientes – o medo e a comodidade preguiçosa do indeferimento comandam a acção, “porque quem não está satisfeito pode sempre recorrer para os tribunais”. Sabemos como é.

Cuidado, primeiro-ministro, com esta máquina covidiana arriscamo-nos a ter de devolver metade dos fundos resilientes! ■

Artigo em conformidade com o antigo Acordo Ortográfico

A FIGURA DO MÊS

À hora a que o Negócios sai do prelo, o inefável Donald Trump poderá ter dado uma guinada na sua corrida para o segundo mandato, fruto do muito aguardado debate televisivo com o seu cinzento opositor, Joe Biden.

Qualquer que tenha sido o desfecho deste primeiro confronto (haverá mais dois), a campanha presidencial continuará a ser marcada pela divulgação da história tributária de Trump



pelos *The New York Times*, após um notável trabalho de investigação jornalística que o Presidente norte-americano procurou sabotar por todos os meios ao seu alcance. Em democracia ocidental um

chefe de Estado não seria obrigado a apresentar a sua demissão? Será possível que a opinião pública nos Estados Unidos esteja anestesiada perante factos de tal gravidade? Ou que o seu anacrónico sistema eleitoral volte a pregar uma partida ao candidato democrata?

Em 2000, após a derrota de Al Gore, o mais votado, perante George W. Bush, a Folha de São Paulo perguntava: “Quem é uma República das Bananas, quem é?” ■

NÚMERO DO MÊS

É o número de fundações filantrópicas existentes no planeta. Em conjunto, controlam mais de 1,5 biliões (*trillions*, na nomenclatura anglo-saxónica) de dólares. Num ensaio recentemente publicado no jornal britânico *The Guardian*, Paul Vallely diseca o mundo da filantropia milionária, percorrendo os seus principais actores e as perplexidades que a orientação das suas causas crescentemente provocam.

260000

Em síntese, cerca de dois terços das doações filantrópicas destinam-se a universidades de elite. No Reino Unido, metade

deste valor desagua em Oxford e Cambridge. Ou seja, financia os estabelecimentos que boa parte dos doadores frequentaram e onde pretendem que os seus filhos estudem.

Os conflitos entre filantropia e democracia têm vindo a ser estudados por várias instituições, com diversos ângulos de análise – do fiscal ao social, passando pelo ideológico, sempre presente nas escolhas. As intenções dos grandes beneméritos não são neutras, por mais que possam contribuir para a resolução de grandes problemas. ■